



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL**

**ALISSON FIRMINO FELIX**

**OS DIREITOS DE QUEM TÊM DIREITOS: DESAFIOS E  
ESTRATÉGIAS PARA A INSERÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE  
ADOLESCENTES DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

**JOÃO PESSOA  
2018**

**ALISSON FIRMINO FELIX**

**OS DIREITOS DE QUEM TÊM DIREITOS: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A  
INSERÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES DO  
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

Monografia apresentada ao curso de  
Terapia Ocupacional da Universidade  
Federal da Paraíba como requisito para  
obtenção do Título de Bacharel em Terapia  
Ocupacional

Orientadora: Prof. Iara Falleiros Braga

**JOÃO PESSOA**

**2018**

F316d Felix, Alisson Firmino.

Os Direitos de quem têm direitos: desafios e estratégias para a inserção e participação social de adolescentes do acolhimento institucional / Alisson Firmino Felix. -- João Pessoa, 2018.

65f. --

Orientadora: Iara Falleiros Braga.

Monografia (Graduação) – UFPB/CCS.

1. Participação social. 2. Vulnerabilidade social. 3. Adolescência.  
4. Acolhimento institucional. 5. Terapia Ocupacional.

BS/CCS/UFPB

CDU: 37.018.8(043.2)

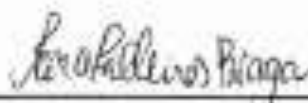
ALISSON FIRMINO FELIX

**OS DIREITOS DE QUEM TÊM DIREITOS: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A  
INSERÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES E JOVENS DO  
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

Esta Monografia foi julgada e aprovada para a obtenção do Título de Bacharel em  
Terapia Ocupacional, no curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal da  
Paraíba.

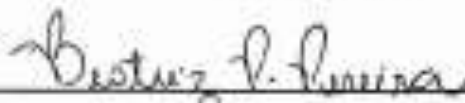
Aprovada em: 05/06/18

**BANCA EXAMINADORA**



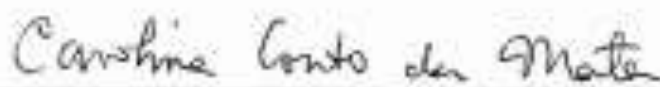
---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Iara Falleiros Braga  
Orientadora



---

Prof<sup>ª</sup> Msa. Beatriz Prado Pereira



---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Carolina Couto da Mata

# EPÍGRAFE

*Será só imaginação?  
Será que nada vai acontecer?  
Será que é tudo isso em vão?  
Será que vamos conseguir vencer?*  
**Legião Urbana**

Toda luta requer esforços. Para esta, dedico a todos os adolescentes que enfrentam todos os dias os mesmos desafios para atuarem na sociedade.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente ao meu maior Amor, meu Tesouro, meu Deus. A todo tempo ele esteve ao meu lado e nunca me deixou só. A Ele minha eterna gratidão.

Agradeço a minha mãe, por acreditar no meu potencial e ser o meu exemplo de ser humano.

Agradeço a minha Vó, pois foi um sustento dos meus dias e acompanhou de perto minhas lutas.

Agradeço a toda a minha família, por serem essenciais nessa guerra.

Agradeço aos meus amigos, por segurarem minhas mãos nos dias em que mais precisei e estive prestes a cair.

Agradeço aos meus amigos de apartamento Rose, Bruno, Jefferson e Guedes, por secarem minhas lágrimas nos momentos de angústia e sorrirem comigo nas vitórias.

Agradeço ao meu Grupo de Oração, que foi um elo e canal da graça de Deus para essa batalha.

Agradeço aos meus colegas da universidade, por estarem tão presentes em minha vida.

Agradeço a minha orientadora Iara, por ser um exemplo de mulher e Terapeuta Ocupacional.

Agradeço a minha banca examinadora Bia e Carol, por fazerem parte de grandes momentos na minha formação profissional.

Agradeço aos adolescentes e jovens do acolhimento institucional, por me fazerem enxergar um mundo até então escondido em minha vida.

Agradeço a todos os profissionais do serviço de acolhimento, por me ajudarem na construção desse estudo.

Por fim, agradeço a todos que de algum modo estiveram, rezaram ou me ajudaram nesse caminho.

## RESUMO

A discussão acerca da participação e inserção social se faz pertinente, a partir da compreensão de que o ser humano é pertencente à sociedade, contexto esse o qual realiza suas atividades e exerce sua cidadania. Esse indivíduo pode estar vulnerável a rupturas sociais provindas, diversas vezes, da violação dos seus direitos, sejam elas por condições familiares, econômicas, de trabalho e nas relações sociais. O adolescente que se encontra em situação extrema de vulnerabilidade ou desfiliação, é assegurado pelas Políticas Públicas e principalmente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o direito de gozar de todos os seus direitos como ser em desenvolvimento. Uma das medidas determinadas pelo ECA para efetivar esses direitos é o Acolhimento Institucional, que é um espaço no qual o adolescente é encaminhado por consequência de violações ocorridas no contexto familiar. Dessa forma, esse estudo objetivou entender como a participação e inserção social tem se efetivado no cotidiano dos adolescentes, e quais as estratégias os profissionais do serviço utilizam para garantir os direitos estabelecidos no art. 4 do ECA, bem como, a compreensão da concepção deles acerca da imagem social dos adolescentes do serviço. Os instrumentos para a coleta de dados foi a entrevista semiestruturada e seus resultados foram analisados por meio da análise de conteúdo temática. Participaram desse estudo sete (07) profissionais do serviço de acolhimento institucional. Mediante as análises, podemos considerar que ainda é um desafio para os profissionais a efetivação da participação e inserção social dos adolescentes institucionalizados. Como também, a imagem social desses indivíduos é negativa e marginalizada.

**Palavras-chaves:** Participação social, vulnerabilidade social, adolescência, acolhimento institucional.

## ABSTRACT

The discussion about participation and social insertion becomes pertinent, based on the understanding that the human being belongs to society, a context that carries out its activities and exercises its citizenship. This individual may be vulnerable to social disruptions from the violation of his or her rights, whether due to family, economic, work or social conditions. The Adolescent who is in an extreme situation of vulnerability or disaffiliation, is guaranteed by the Public Policies and mainly by the Statute of the Child and the Adolescent (ECA), the right to enjoy all their rights as being in development. One of the measures determined by the ECA to implement these rights is the Institutional Reception, which is a space in which the adolescent is referred as a consequence of violations occurring in the family context. Thus, this study aimed to understand how participation and social insertion has become effective in the adolescents' daily life, and what strategies the professionals of the service use to guarantee the rights established in art. 4 of the ECA, as well as understanding their conception of the social image of adolescents and young people in the service. The instruments for data collection were the semistructured interview and their results were analyzed through the analysis of thematic content. Seven (07) professionals from the institutional reception service participated in this study. Through the analysis, we can consider that it is still a challenge for professionals to ensure the participation and social insertion of institutionalized adolescents. As well, the social image of these individuals is negative and marginalized.

**Key words:** Social participation, social vulnerability, adolescence, institutional reception.

## LISTA DE ABREVIATURA

**CCM** – Centro de Ciências Médicas

**CEP** – Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos

**CONEP** – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

**DAS** – Diretoria da Assistência Social

**ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente

**FUNABEM** – Fundação Nacional do Bem-Estar ao Menor

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

**LOAS** – Lei Orgânica da Assistência Social

**MNMIVIR** – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

**OMS** – Organização Mundial de Saúde

**ONGs** – Organizações Não-Governamentais

**SEDES** – Secretaria de Desenvolvimento Social

**TCLE** – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**UFPB** – Universidade Federal da Paraíba

**UNICEF** – Fundo das Nações Unidas para a Infância

## Sumário

APRESENTAÇÃO .....	12
1 INTRODUÇÃO .....	14
2 OBJETIVOS .....	22
2.1 Objetivo geral .....	22
2.2 Objetivos específicos.....	22
3 METODOLOGIA.....	24
3.1 Tipo de estudo.....	24
3.2 Local de estudo .....	24
3.3 População de estudo.....	25
3.4 Instrumentos para a coleta de dados .....	26
3.5 Procedimentos para a análise dos dados.....	26
3.6 Aspectos éticos .....	27
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES .....	29
4.1 PARTICIPAÇÃO E INSERÇÃO SOCIAL – ESTAR OU ATUAR? .....	29
4.2 DIREITOS – VIOLADOS OU GARANTIDOS? .....	35
4.3 IMAGEM SOCIAL – “COITADINHOS” OU PESSOAS DE DIREITOS? .....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	51
ANEXO I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....	58
ANEXO II – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	61
ANEXO III - APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA.....	63

## **APRESENTAÇÃO**

O interesse acerca dessa temática surgiu a partir da minha vivência em um estágio curricular desenvolvido em um serviço de acolhimento institucional da cidade de João Pessoa. Após observar algumas fragilidades que os adolescentes da instituição se deparam no seu dia a dia, a exemplo da discriminação por serem abrigados, por não terem uma família, dentre outras, que surgem em acréscimo a todas as situações de rupturas que cada um traz em sua história de vida, me senti impulsionado a compreender os desafios encontrados pela equipe do serviço, para a participação social desses indivíduos e a garantia mínima dos seus direitos nos serviços e espaços de inserção. A partir da compreensão desses desafios, pensar nas estratégias que podem ser aplicadas para assegurar aos adolescentes do acolhimento institucional, referenciado nas Políticas Públicas, a garantia dos seus direitos como cidadão.



# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 INSERÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Nos dias atuais, a discussão sobre a inserção e participação social de indivíduos vulneráveis socialmente é relevante para a construção de uma sociedade menos segregada, diante das situações de marginalização que diversas populações vivenciam cotidianamente, levando em consideração as questões que divergem os sujeitos no enfrentamento dessas situações, entre elas, sua idade, classe social, raça, gênero e a atual condição familiar.

A inserção social é a inclusão dos indivíduos no seu meio social. Já a participação é uma conquista, no sentido legítimo do termo: infindável, em constante “vir a ser”, sempre se fazendo. Vale esclarecer que a participação não pode ser compreendida como dádiva, concessão ou algo preexistente, pois não é o produto da conquista, fenômeno residual e não cai do “céu” por descuido (DEMO, 1996). Analisar o verbo participar é compreendê-lo a partir de três perspectivas significativas: fazer parte de, ter parte de, e tomar parte de, sendo possível “fazer parte de” e “ter parte de” sem “tomar parte de” (ALENCAR, 2010).

Participar incide em processos nos quais as mais distintas camadas da sociedade possam se tornar parte e é um usufruto dos bens de uma sociedade determinada (BORDENAVE, 1994). Sendo este termo “participação social” evitado por muitos estudiosos da adolescência, por estar carregado de significados que retratam muito um tipo de participação militante e engajada ao contexto político, sendo substituído pela utilização dos termos ação coletiva, atuação social, protagonismo social, entre outros, sendo ambos os termos discutidos nesse estudo como a atuação, empoderamento, engajamento e participação ativa desses adolescentes na sociedade (ALENCAR, 2010).

Podemos então entender a participação social como a interação ou envolvimento efetivo e organizado em ações que envolvam a vida em sociedade e seus processos decisivos, abarcando ações que reflitam na conscientização do indivíduo acerca de sua posição em certo contexto ou sistema social (ABRATO, 2011).

Pensar na não participação e inserção social, nos leva a considerarmos as situações de vulnerabilidade, não como agente causador desse processo, mas por abarcar situações, sejam elas econômicas, sociais, culturais, de direitos ou

ambientais, dando-se pela escassez ou ausência de condições para garantia da sobrevivência (ROCHA, 2007).

Para compreender o termo vulnerabilidade é necessário nortear-se por dois pressupostos, o risco prejudicial de mudanças frente a condições indesejáveis e as respostas a essas mudanças, dado pelos indivíduos que se sentem indefesos e inseguros para viver em sociedade (BUSSO, 2001).

Em contrapartida, Castel (2000), compreende que a situação de vulnerabilidade não é gerada somente pelo estado de faltas (alimentação, saúde, educação, moradia), mas sim por dois processos, o da não integração no trabalho e as fragilidades nas relações e vínculos sociais. Com a soma de ambos, a precarização do trabalho e a fragilização das relações sociais, é produzida a vulnerabilidade. Quando se rompe com esses dois fatores, o indivíduo pode entrar em processo de desfiliação, com graves rupturas em sua rede social de suporte.

## **1.2 ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE**

A adolescência<sup>1</sup> constitui uma etapa da vida na qual existe a interação entre os aspectos individuais, biológicos e sociais, além de ser um período de desenvolvimento de novas habilidades e oportunidades. Essa etapa é influenciada por fatores individuais, sociais, culturais e históricos (SILVA et al., 2014).

É um período marcado e influenciado pelo meio social que o indivíduo está inserido. Não existe um único modelo de adolescente. O indivíduo nasce, cresce e entende que existe um modelo estruturado de sociedade que não depende unicamente de suas escolhas e nem foram “produzidas por ele”. Então é um período de marcos a partir das ações e opções tomadas, sejam elas individualmente ou coletivamente. Por isso, não podemos pensar nessa etapa de forma universal, mas a partir do conhecimento e entendimento do lugar no qual o sujeito está inserido. Percebemos então esse período como um conjunto social diversificado, que perpassa por diferentes culturas. Tudo isso pode diferir mediante as situações de pertencimento, sejam elas de interesses pessoais, oportunidades, crenças, como também de classes, etnias, condições econômicas, dentre outras (ALBUQUERQUE, 2012; BOUTIN; FLACH, 2016; NOVAES, 2008).

---

<sup>1</sup> Este estudo enfoca o período da adolescência, mas considera importante a concepção e discussão acerca das juventudes. Entendendo-a enquanto uma definição que considera os aspectos sócio culturais de uma sociedade (SILVA et al., 2009).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 1985), a adolescência se constitui no processo fundamentalmente biológico, o qual se acelera o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade, sendo esta fase classificada em dois períodos: pré-adolescência dos 10 aos 14 anos e adolescência propriamente dita dos 15 aos 19 anos.

Nesta etapa da vida, a violação de direitos está efetivamente associada à vulnerabilidade, exemplificados a partir do acesso aos espaços educacionais, de saúde e assistência social, a situação de rua, o trabalho infantil, além do uso de substâncias psicoativas e sua relação com a violência familiar (MALVASI, 2008).

### **1.3 VULNERABILIDADE SOCIAL X FAMÍLIAS**

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, no Brasil aproximadamente 34% da população são crianças e adolescentes de 5 a 24 anos de idade, totalizando aproximadamente 67 milhões de pessoas (IBGE, 2010). Segundo a Cartilha do Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2017 da Fundação Abrinq, em 2015, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta os dados econômicos das famílias brasileiras, no qual 55 milhões de pessoas vivem em situação de pobreza (pessoas que vivem com uma renda familiar *per capita* mensal igual ou inferior a meio salário mínimo), e 18 milhões dessas, se encontram em extrema pobreza (possuem renda familiar per capita mensal igual ou inferior a um quarto de salário mínimo), sendo essa situação mais recorrente nas regiões Norte e Nordeste, que correspondem a 33 milhões de indivíduos. Do valor total de pessoas pobres, 23 milhões são crianças e adolescentes de 0 a 14 anos.

Vulnerabilidade social não está relacionada somente à pobreza, embora a inclua, mas ser pobre significa não poder satisfazer suas necessidades básicas (KATZMAN, 2005). Sendo assim, uma família em situação de pobreza extrema, está mais vulnerável a rupturas sociais, advindas da falta de acessibilidade às condições de vida digna e a destituição de seus direitos, podendo ocasionar na quebra de sua estrutura familiar. Esse pensamento se corrobora ao Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (2006) quando alega que as leis vigentes no Brasil reconhecem e preconizam a família enquanto lugar primordial, estrutura indispensável à socialização e humanização da criança e do adolescente, considerando um espaço privilegiado para o seu desenvolvimento integral.

A família é um contexto fundamental para a garantia da proteção e sobrevivência de filhos e demais membros, e é papel também da família, oferecer as contribuições afetivas e suportes necessários para o bem-estar e desenvolvimento de seu núcleo. Embora o objetivo da família seja cuidar e proteger seus membros, existem várias situações que influenciam a efetivação desse processo, a exemplo das mudanças socioeconômicas e culturais, acrescentando que, não é mais possível pensar em família de forma padrão (pai, mãe e filhos), mas sim na diversidade das famílias existentes no nosso século, para abranger as diversidades das relações e papéis que estabelecem (GOMES, 2005; KALOUSTIAN; FERRARI, 1994)

Quando a casa deixa de ser um espaço de proteção para ser um espaço de conflito, a superação desta situação se dá de forma muito fragmentada, uma vez que esta família não dispõe de redes de apoio para o enfrentamento das adversidades, resultando, assim, na sua desestruturação (GOMES, 2005, p.30).

#### **1.4 POLÍTICAS PÚBLICAS**

No Art. 5º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), é assegurado que todos os indivíduos são similares e tem caráter igualitário diante da lei, sem nenhuma distinção, garantindo direitos aos brasileiros e adventícios que residem no país. Diante das condições particulares de cada pessoa na sociedade, é possível analisar que nem todos os indivíduos gozam dos mesmos direitos sociais. A sociedade se depara com a existência de milhares de crianças, adolescentes e jovens em situação de pobreza ou miséria, vivendo constantemente a vulnerabilidade social. Visto isso, surgem às estratégias governamentais específicas direcionadas para as demandas existentes, com o objetivo de efetivar minimamente o acesso aos direitos sociais dos indivíduos, que mesmo fundamentadas em leis, não garantem o cumprimento e efetivação dos mesmos.

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS, 1993) no seu Art. 1º, afirma que a assistência social é direito do cidadão e dever do Estado. É uma Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Embora os núcleos familiares possam ser afetados com as diversas situações sociais que podem ocasionar a violação dos direitos humanos e rompimentos

afetivos, a criança e o adolescente, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) devem ter a seguridade dos seus direitos preservados, por sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, sem prejuízos em sua proteção integral. Existem alguns fatores que podem ocasionar o afastamento destes indivíduos do seu núcleo familiar, dentre eles, a negligência, a violência ou abuso sexual, maus tratos e exploração infantil, sendo necessário a intervenção do Poder Público para suspender o pátrio poder familiar e assegurar seus direitos (SANTOS, 2011).

Perante as situações que são prejudiciais ao desenvolvimento da criança e do adolescente, existem medidas que podem assegurar os direitos destes indivíduos e facilitar o processo de reintegração no seu contexto familiar. O ECA (1990) assegura no Art. 98, que serão tomadas medidas de proteção a esta população sempre que seus direitos forem ameaçados ou violados por ação do estado, falta, omissão ou abuso dos pais ou em razão de sua conduta, dentre elas, descrita no Art. 101, o acolhimento institucional, que se caracteriza como medida provisória e excepcional, como forma de transição para a reintegração familiar, e quando esta não é possível, para a colocação em uma família substituta.

### **1.5 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

O acolhimento institucional se afasta da noção tradicional de ser uma instituição corretiva de possíveis “desvios” para se constituir na alternativa de atenção a criança, adolescente, quando seus direitos encontram-se ameaçados ou são violados. É papel da casa de acolhimento preservar os vínculos familiares das crianças e adolescentes, bem como sua participação na vida da comunidade local ou convivência comunitária, característica essa que se opõe às condições históricas de isolamento e de perpetuação das mesmas em situação de acolhimento (GALHEIGO, 2003).

A retirada da criança e do adolescente de seu núcleo familiar não implica na perda de seus direitos, ao contrário, as medidas devem assegurar estes indivíduos de todas as possibilidades cabíveis para uma melhor qualidade de vida. No entanto, o ECA exige uma capacitação dos profissionais do acolhimento, para substituição da prática de caridade, visando uma simples condição de sobrevivência por ações protetoras, por um espaço de promoção e (re)construção dos laços afetivos e de

elaboração das situações de sofrimento psicológico que vislumbrem uma vida digna e saudável. O acolhimento institucional baseado nos direitos destes indivíduos descritos no ECA, torna-se um espaço de criação de estratégias que asseguram a inserção e participação social dessa população (GALHEIGO, 2003).

No acolhimento institucional é prevista uma equipe profissional mínima, descritos nas Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2009), sendo estes, coordenador, equipe técnica, educador/cuidador e auxiliar de educador/cuidador, cujo objetivo é articular as ações e tarefas dentro da instituição, além da garantia do acesso aos serviços e espaços de acordo com as necessidades dos acolhidos. Dentre as principais atividades a serem desenvolvidas por estes profissionais, destaca-se a mediação do processo de aproximação e fortalecimento ou construção do vínculo familiar de origem ou adotiva, quando for o caso, além do acompanhamento nos diversos serviços de saúde, educação, esporte, requeridos no cotidiano.

Perante os avanços conquistados com o ECA, ainda existe uma prática nos serviços de acolhimento institucional baseada nos parâmetros das instituições totais. Entende-se por instituição total, um espaço de residência e muitas vezes de trabalho, onde existe um determinado número de indivíduos que estão concentrados naquele mesmo lugar por situações semelhantes. Estes ficam institucionalizados por um variável período de tempo, levando uma vida fechada e administrada (GOFFMAN, 1961).

O serviço de acolhimento institucional é um serviço já remodelado a partir do ECA, possui um caráter institucional mais aberto, com um público mais definido e é um serviço “temporário”. Embora não apresentem características tão penosas e caridosas, ainda são marcadas pela história relatada sobre o que essas instituições representavam no passado. O que se configura no entendimento de que o ECA não garante que não haverá a reprodução de alguns vícios institucionais, a exemplo de abusos e violências característicos das instituições totais (ARPINI, 2003; GOFFMAN, 1961).

Nesse sentido, acredita-se na importância de analisar a efetivação da participação e inserção social dos adolescentes acolhidos a partir dos possíveis desafios encontrados pela equipe profissional das instituições para assegurarem os direitos desses indivíduos, visto que, é fundamental para alcançar o objetivo desta

medida assistencial, ou seja, a reintegração familiar seja na mesma família ou em família substituta.

Diante das vivências dentro desse espaço e dos referenciais teóricos adotados, este estudo tem como hipótese que a participação e inserção social não são efetivadas para os adolescentes acolhidos, e que suas imagens sociais são negativas perante a sociedade, assim como, que os profissionais do serviço de acolhimento, devido as várias fragilidades do serviço, do estado e da sociedade, possuem dificuldades para elaborarem estratégias para a efetivação dos direitos desses indivíduos.

Em vista da construção do retrato do adolescente que está em medida de acolhimento institucional, à pesquisa visa contribuir com a reflexão acerca dos desafios e pensamento de novas estratégias advindas dos profissionais desses espaços para efetivar a inserção e participação social destes sujeitos, bem como, compreender se é característico observar uma imagem negativa desses adolescentes por sua situação de acolhimento, nos diversos ambientes, sejam educacionais, de saúde, esporte ou espaços públicos, como as ruas, praças, praias, dentre outros, e possibilitando a percepção desses sujeitos enquanto pessoas de direito e seres pertencentes aos contextos que estão inseridos.

**OBJETIVOS**

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo geral**

- Conhecer os desafios e estratégias identificados pelos profissionais do acolhimento institucional para efetivar a inserção e participação social dos adolescentes em acolhimento.

### **2.2 Objetivos específicos**

- Analisar as estratégias utilizadas pelos profissionais do acolhimento institucional para a efetivação mínima dos direitos dos adolescentes.
- Compreender as concepções dos profissionais do acolhimento institucional acerca da imagem social desses adolescentes.



## **3 METODOLOGIA**

### **3.1 Tipo de estudo**

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo exploratório, descritivo, utilizando-se de uma abordagem qualitativa, a fim de analisar os desafios e estratégias que os profissionais que atuam em acolhimento institucional na cidade de João Pessoa/PB identificam e buscam para efetivar a inserção e participação social dos adolescentes.

A escolha desta abordagem se deu por compreender a importância desse estudo para a contribuição das intervenções realizadas no local onde será aplicado, visto que, Godoy (1995), afirma que este tipo de pesquisa ocupa um reconhecido espaço dentre tantas outras possibilidades existentes para averiguar os fenômenos que relacionam os seres humanos e suas relações sociais, estabelecidos em diversos contextos.

### **3.2 Local de estudo**

A pesquisa foi desenvolvida em uma unidade de Acolhimento Institucional diretamente ligada a Proteção Social Especial de Alta Complexidade, vinculada à Diretoria da Assistência Social – DAS, da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES), localizada em João Pessoa. É um espaço que realiza suas intervenções com base nos Direitos Humanos, de acordo com o que preceitua o Estatuto da Criança e do Adolescente, com o objetivo de garantir os direitos básicos da criança, do adolescente, de sete a dezoito anos incompletos, que mediante alguma situação de violação de direitos ou rompimento dos laços afetivos, necessitam de uma assistência especializada para a efetivação dos mesmos (BRASIL, 1990).

O serviço articula suas atividades com o objetivo de tornar o acolhimento institucional um espaço que supra minimamente as necessidades básicas e familiares das crianças e dos adolescentes, a exemplo de condições para sobrevivência física, tais como higiene, alimentação, roupas, descanso e sono, como também atividades educacionais, esporte, saúde, assistência social e lazer (BRASIL, 2014).

A efetivação dos objetivos traçados no Projeto Político Pedagógico da instituição para funcionamento e ações desenvolvidas, são facilitados pelos

profissionais do serviço. A equipe mínima é formada por: coordenador, assistente social, psicólogo, educadores sociais, cozinheira, vigilante, motorista e auxiliar de serviços gerais. Sendo a equipe subdivida em dois níveis: equipe técnica e equipe de apoio. A equipe técnica da instituição estava constituída no período das entrevistas por: uma (01) coordenadora, uma (01) assistente social e uma (01) psicóloga. A equipe de apoio estava formada por: dez (10) educadores, escalados nos turnos diurno e noturnos, duas (02) cozinheiras, duas (02) auxiliares de serviço e um (01) vigilante e dois (02) motoristas.

### **3.3 População de estudo**

O estudo foi realizado com os profissionais de uma unidade de Acolhimento Institucional do município de João Pessoa, levando em consideração a importância que cada indivíduo tem para a efetivação do cuidado e assistência às crianças e aos adolescentes que se encontram sob medida de acolhimento institucional.

Foram entrevistados sete (07) profissionais, sendo estes, Coordenadora, Assistente Social, Psicóloga e 04 Educadores Sociais. O recorte da população de estudo foi feito a partir dos critérios de inclusão e exclusão desse estudo, que buscavam: profissionais com no mínimo seis (06) meses atuando na instituição de acolhimento, para contribuir com o estudo a partir de suas experiências diárias frente aos espaços e junto aos adolescentes institucionalizados; fazer parte da equipe técnica ou ser educador social, por serem os profissionais que estão diretamente ligados aos contextos que os adolescentes estão inseridos; não exercer a função de educador social no período noturno, pois estes, a partir da observação da rotina, têm a função de administrar as atividades internas da instituição, como jantar, dormir e café da manhã, e tarefas realizadas no espaço durante a noite, atividades que não eram objeto deste estudo, que visava analisar as atividades realizadas fora da instituição.

Caracterizando cada um dos participantes, mediante identificação no momento da coleta dos dados, podemos classificar as informações prestadas e que provavelmente facilitarão a leitura dos resultados.

### **3.4 Instrumentos para a coleta de dados**

Para a obtenção dos dados deste estudo foi utilizada uma entrevista semiestruturada (ANEXO II), que foram utilizadas para análise, construção dos resultados e discussão deste estudo.

A entrevista semiestruturada foi composta por perguntas abertas, sendo acrescentadas de novos questionamentos no momento da coleta de dados, quando o entrevistado não estava conseguindo compreender o objetivo da questão, o que possibilitava o informante discorrer sobre o tema proposto (BONI; QUARESMA, 2005).

A aplicação do instrumento para a coleta dados seguiu um conjunto de questões previamente definidas, exigindo uma atenção para dirigir-se ao entrevistado no momento certo, a discussão sobre o assunto de interesse (BONI; QUARESMA, 2005).

As entrevistas foram realizadas em dias diferentes, e teve duração de um (01) mês para a coleta de todos os dados. O tempo prolongado da coleta deu-se pela dificuldade de encontrar os profissionais do serviço nos dias que o pesquisador principal estava disponível para a realização, sendo necessário marcar horários específicos para coletar os dados. Uma (01) das entrevistas não foi realizada dentro da instituição. Foi necessário o deslocamento a outro espaço para a coleta de dados. As demais foram realizadas dentro do espaço de acolhimento institucional.

As entrevistas tiveram em média a duração de quinze (15) minutos, sendo algumas interrompidas por necessidades e demandas do próprio serviço. Nessas interrupções, a gravação não foi pausada, mas, esperou-se o profissional retornar e solicitou-se que continuasse a responder as questões ou direcionamentos. Após a realização de todas as entrevistas, as gravações foram transcritas para melhor análise.

### **3.5 Procedimentos para a análise dos dados**

Os dados deste estudo foram averiguados a partir da Análise de Conteúdos Temática, discutidos por Gomes (2008), os quais inicialmente foram transcritos para a realização de uma leitura compreensiva do material, buscando ter uma visão conjunta e observando as particularidades dos mesmos, e a partir desta, foi elaborado os pressupostos norteadores para a análise e interpretação do material e

a escolha de formas para classifica-los e determinar os conceitos teóricos que orientaram a análise.

Em uma segunda etapa, ainda norteado por Gomes (2008), foram distribuídos trechos, frases ou fragmentos das entrevistas analisadas, fazendo a partir destes uma leitura acompanhada de um diálogo com os mesmos, para poder identificar os núcleos de sentido e elaborar um resumo das temáticas que surgiram nas entrevistas, articulando-os com os conceitos teóricos. Por fim, foi elaborada uma síntese interpretativa, buscando dialogar os temas com objetivos, questões e pressupostos da pesquisa.

### **3.6 Aspectos éticos**

Por envolver seres humanos, utilizamos como pesquisadores a ética de respeitar e compreender o outro como pessoa de direito e ser significativo para a sociedade.

Esse projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) do Centro de Ciências Médicas (CCM), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sob o número: 2.405.265, fundamentado conforme as diretrizes da Resolução 466/2012 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Os participantes da pesquisa leram e concordaram com o conteúdo apresentado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ANEXO I) e assinaram o mesmo para a aplicação dos questionários. Este termo informava os sujeitos sobre a ausência de custos e os possíveis desconfortos para a sua integridade moral, assim como a possibilidade de ter suas informações retiradas do estudo no momento em que desejasse, sem que fossem, de qualquer forma, penalizado por isso.

Em hipótese alguma, os dados pessoais dos sujeitos participantes da pesquisa serão divulgados, apenas os dados relativos aos resultados da avaliação, que são materiais de análise e discussão deste trabalho, e que posteriormente, serão divulgados nas publicações em revistas científicas e eventos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Mediante as entrevistas realizadas, podemos caracterizar os profissionais que participaram e contribuíram para esse estudo. A coordenadora está na instituição a três (03) anos. A Psicóloga e a Assistente Social realizam suas ações no serviço há dois (02) anos e seis (06) meses. O educador social 01 estava a dez (10) meses na instituição e não fazia mais parte do quadro de funcionários no término da pesquisa. O educador social 02 está há treze (13) anos. Educador social 03 há quatro (04) anos e dois (02) meses e o educador social 04, há seis (06) anos. Os resultados aqui apresentados, serão discutidos em três (03) núcleos temáticos: Participação e inserção social – estar ou atuar?; Direitos – violados e/ou garantidos?; Imagem social – “coitadinhos” ou pessoas de direitos?.

### **4.1 PARTICIPAÇÃO E INSERÇÃO SOCIAL – ESTAR OU ATUAR?**

Conceituar os termos participação e inserção social em poucas palavras torna-se uma tarefa difícil. Cada indivíduo traz consigo a partir de uma construção social, a ideologia e conceitos sobre os determinados temas. Acaba se tornando um risco trabalhar com esses conceitos, por serem ilimitados. Podemos vê-los se concretizarem a partir somente da práxis social, por ser aberto a ressignificações e pela dinamicidade das mudanças culturais e ideológicas da sociedade (ALENCAR, 2010).

A práxis social está sendo levada em consideração, por ser fundamental e inerente a esfera do ser humano que evidencia criação, existência e experiência como pessoa social, sendo ela, utilizada de estratégias e táticas (SETUBAL, 2007; VÁZQUEZ, 1968). É importante evidenciar a particularidade desses conceitos, porque são configurados também dentro de uma prática profissional, na ocasião, não é só falar sobre participação social, mas adentrar no universo dessa participação com adolescentes em situação de acolhimento institucional.

Dialogamos com pessoas que já passaram por várias etapas da vida e construíram durante esse período seus pensamentos e visões. Atualmente, são profissionais que atuam com indivíduos que enfrentam situações extremas de vulnerabilidade social e trazem consigo o objetivo de garantir minimamente os direitos violados. Por isso, torna-se fundamental e necessário realizar um esforço

pessoal, que seja capaz de apreender a essência das coisas, para poder penetrar, analisar, entender e interpretar a realidade da sua riqueza (SETUBAL, 2007).

É possível perceber que as definições sobre participação e inserção social dos funcionários do serviço de acolhimento institucional, estão voltadas a inserção do indivíduo na sociedade e sua participação de forma efetiva das decisões sociais. Existe um filtro no pensamento destes, que embora sejam questionados de forma ampla sobre os conceitos, se restringem aos adolescentes em situação de acolhimento. Definindo os termos:

*Indivíduo ou pessoa que é inserida na sociedade e que participa.* **(Educador Social 02)**

*Trabalhar junto da sociedade.* **( Educador Social 03)**

Embora as definições apresentem palavras chaves e que me leva como pesquisador a refletir sobre o que está escondido ou poderia ser detalhado nas colocações, é possível diante as inúmeras ideias acerca do termo participação, enquadrá-las dentro de duas perspectivas: da participação real, a qual o indivíduo tem influência efetiva nas decisões do contexto o qual está inserido e que leva a mudanças nas estruturas hierárquicas; e a participação simbólica, que envolve as ações que exercem poucas ou nenhuma influência dos indivíduos nas decisões, gerando uma ilusão de um poder inexistente (SIRVENT, 2004). Podemos então caracterizar essa participação conceituada acima, do indivíduo que está na sociedade, mas que aparentemente não influencia e não participa efetivamente dos processos decisivos e de interesse pessoal, como participação simbólica.

É importante considerar que a participação definida pelos profissionais não é padrão e não caracteriza a forma de atuação, embora estejam falando de um mesmo público-alvo. Existe outro fator que é importante e também deve ser levado em consideração. Além da história, do desenvolvimento social e da experiência, podemos observar um diferencial na definição dos termos, quando parte dos profissionais da equipe técnica. O que não diminui a importância dos demais, mas trazem para esse estudo novos olhares e conceitos sobre participação. Entendamos:

*A primeira palavra que vem em minha mente é a questão do protagonismo [...] autonomia [...] que tenham o convívio social e sejam inseridos nas atividades da comunidade. Participação Social é estar inserido nesses espaços de forma ativa".* **(Psicóloga)**

*Participação Social é eles terem o conhecimento da vida social, o que vai esperar por eles depois do acolhimento". (Assistente Social)*

*Traze-los de volta ao convívio social, uma vez que isso foi retirado a partir do momento que eles foram institucionalizados, eles foram retirados lá da sociedade e colocados num devido lugar, com uma quantidade de pessoas resumidas". (Coordenadora)*

Encontramos nessas compreensões uma forma mais ativa de atuar, ou seja, voltando aos dois meios de participação, podemos considerar que esta se enquadra numa participação real, que é justificada a partir das palavras que nos levam a entender que existe uma influência e colaboração nos processos decisivos e sociais, a exemplo do protagonismo, autonomia, convívio e vida social.

O protagonismo juvenil é uma forma de proporcionar autonomia e incentivar os adolescentes a colaborar e se posicionar frente aos processos sociais e individuais como pessoa de direito. Traz consigo a importância do que o adolescente pensa, diz e faz e é uma forma de reconhecer que a participação juvenil pode gerar mudanças decisivas nos contextos em que estão inseridos ou almejam inserção. Existe então uma grande diversidade de propostas que têm como objetivo estimular a participação do adolescente e abrir espaços para essa atuação social, problematizando seus objetivos e estratégias (BOGHOSSIAN; MINAYO, 2009; COSTA, 2000).

Dar vez e voz às colocações e intervenções feitas pelos adolescentes, é levar em consideração a particularidade deste público, na ótica das mais diversas culturas e contextos que estão inseridos. Desde então, não existe um perfil homogêneo dessa etapa, porque eles assumem características que se encontram com a realidade social e econômica que se inserem. Precisamos então considerar a existência de diferentes juventudes e defender a participação juvenil de forma heterogênea e com objetivos particulares de jovem a jovem, evitando padronizar essa fase da vida e ignorá-los enquanto sujeitos individuais inseridos em diferentes contextos. O entendimento coletivo de participação social, submete muitas vezes a sociedade a planejar e direcionar atividades padrões de participação para diferentes juventudes. Torna-se então uma participação baseada na atividade, nas realizações concretas, podendo resumir-se no fazer (BOGHOSSIAN; MINAYO, 2009).

A partir dos resultados podemos compreender que a participação destes adolescentes se dá por meio das atividades, sejam elas, determinadas pela própria instituição e/ou de interesse do adolescente. Vejamos:

*[...] todos são inseridos na escola, dentro da comunidade mesmo [...] esporte, também a gente procura inseri-los em atividades que são disponibilizadas pelo município, pelo Estado [...] a questão da religiosidade [...] eles têm esse direito pra ir à igreja e levar aquela crença que eles acreditam [...]” (Psicóloga)*

*Olha os meninos aqui eles são inseridos na sociedade, em termo de praticar e ter atividades esportivas [...] eles participam de atividades na igreja [...]também participam de festas [...]” (Educador Social 02)*

*As atividades que eles fazem é futsal, natação, futebol de campo [...]aquí dentro da casa a gente ajuda eles, ensina a eles as atividades para eles sabem que eles têm importância dentro da casa [...]” (Educador Social 03)*

Averiguamos a partir das entrevistas, que os acolhidos estão inseridos em diversos espaços. Em contrapartida, só a inserção não justifica atuação, empoderamento, participação nas decisões. Surgem grandes questionamentos, a exemplo, o que estas atividades representam para os adolescentes? Visando a transformação social e a formação integral, a participação oportuniza a criação de espaços e meios de escuta e atuação dos adolescentes nas situações reais vivenciadas dentro da escola, comunidade e na vida social. Tem início a partir de uma dimensão subjetiva, que propõe uma formação do adolescente para os valores democráticos e solidários, até chegar a uma dimensão objetiva, propagada na ação individual ou coletiva acerca das problemáticas sociais reais (BOGHOSIAN; MINAYO, 2009).

Dentre os locais, a escola e as atividades esportivas, surgem como os dois maiores cenários de inserção. Ambas as atividades são destinadas pela própria equipe técnica do serviço. Existem interesses diferenciados desses dois campos, afirmam a assistente social e uma educadora social:

*[...] teve o encerramento do Leia, que é acompanhado pelos estudantes de Pedagogia da UFPB [...] quando a gente viu o que foi proporcionado para eles, quando agente viu as coisas que foram abordadas, e quando eles chegavam à gente perguntava na maior empolgação, “e aí pai como foi lá hoje?” - “foi bom”. Nada assim - Tia, hoje eu entrei num laboratório...”, eles nunca chegaram com essa perspectiva [...] eles voltam e não comentam nada [...] agora no*

*esporte não, quando eles chegam - “Tia vai ter um torneio” [...].*  
**(Assistente Social)**

*[...] quando vai para Vila Olímpica eles adoram a natação e o futsal, e também quando vai pro Ronaldão, eles gostam muito [...]* **(Educador Social 03)**

Mediante esses posicionamentos, podemos analisar que os interesses dos adolescentes da instituição são avaliados a partir de suas expressões. O esporte então se torna a atividade, reconhecida pelo serviço, como de maior interesse dos acolhidos. As atividades esportivas tornam-se a principal estratégia de inserção social pelo serviço e de intervenção para pessoas em situação de vulnerabilidade social, principalmente pelo uso de argumentos educativos. Visto como um antídoto, é uma prática que ocupa o tempo livre, na justificativa linear entre a falta do que fazer e o mundo do crime (MELO, 2005; NOGUEIRA, 2011; VIANA, 2009).

Entende-se que os adolescentes institucionalizados, devido às diversas rupturas sociais vivenciadas, necessitam de diversas redes sociais de suporte para a (re)construção de suas vidas. Os profissionais a partir dessas compreensões, direcionam ou facilitam atividades que permitam esses adolescentes refletirem sobre seu presente e futuro. Portanto, faz-se necessário compreender a relação deles dentro dos espaços que estão inseridos, na visão destes profissionais que geralmente os acompanham em suas atividade.

Para discutir as relações dos adolescentes em geral dentro da sociedade, é necessário levar em consideração os fatores até então abordados, a exemplo, cor, raça, situação econômica, participação, autonomia, entre outros. Filtrando esse envolvimento social de um público específico (adolescentes acolhidos institucionalmente), primordialmente deve ser levada em consideração a atual situação social, ou seja, nesse caso, o acolhimento institucional. Tornam-se uma parcela da população total que foi separada da sociedade, por situações de negligência, violência, abandono, dentre outras, que por tempo determinado, passam a ter uma vida mais fechada e administrada por sujeitos desconhecidos (profissionais) (GOFFMAN, 1961).

A situação de acolhimento modifica a rotina de vida desses indivíduos. As atividades realizadas passam a ser efetivadas de forma coletiva. Existem horários estabelecidos pela própria instituição para a concretização das atividades. Os adolescentes, que até então não se conheciam ou viviam em lugares diferentes,

passam a construir uma relação de proximidade entre si. As ideias, convicções, afetos, necessidades e traços de caráter, além de serem coisas que compõem o “eu” mais pessoal e expressivo de cada um, é um produto de suas relações com os outros, que se produzem por meio da interação com as pessoas. O eu, é a essência pessoal, que é formado pelo desejo e entrelaçamento contínuo de necessidades, na alternância de dar e receber (ELIAS, 1994; GOFFMAN, 1961).

As consequências dessas relações interpessoais e interinstitucionais pode se tornar um fator prejudicial na participação social desses indivíduos, no enfrentamento de novas realidades, ou seja, novos espaços de atuação ou inserção, no qual estes terão grandes dificuldades para se tornar “parte de” e participar ativamente das atividades ali propostas. São apresentados pelos profissionais alguns comportamentos desses adolescentes, a partir dessas relações com o novo ou até mesmo nos serviços e espaços que já fazem parte da rotina deles. Entendamos:

*[...] quando eles chegavam em um momento de ter que conviver com pessoas que não estavam no acolhimento, eles se trancavam, sabe? Você sentia que eles se sentiam inseguros, constrangidos [...]*  
**(Psicóloga)**

*[...] quando eles chegam dentro de uma participação de uma atividade de uma festa, eles ficam meio tímido [...]* **(Educador Social 02)**

A partir desses trechos, podemos analisar que a insegurança, timidez e o constrangimento, são algumas respostas enxergadas por esses profissionais, que são dadas pelos acolhidos às novas situações. Como já discutidos acima (ELIAS, 1994; GOFFMAN, 1961), é produto das construções individuais e coletivas de cada indivíduo/grupo, dentro de um contexto real de participação e atuação, sobre o que é a sociedade. Para compreender melhor, vejamos esse trecho:

*[...] eles vão aos pouquinhos, né? Porque eles estão há bastante tempo adaptados a esse grupo, que é uma minoria. Aí eles ficam se sentindo meio acuados quando saem e veem um outro mundo, vamos dizer assim [...]* **(Coordenadora)**

O acolhimento institucional se torna o mundo desses adolescentes. As diversas rupturas sociais e violações de direitos podem ser os principais fatores para justificarmos parte desse medo que estes indivíduos sentem do mundo “lá fora”.

Como também, a “privatização” e/ou afastamento de determinadas esferas de interações sociais, que se associam ao medo adquirido, compreendidos a partir da coordenadora pela vergonha, que os levam a acharem que dentro de si, existe algo que lhes fazem inteiramente sós, sem relacionamento com os demais. Só depois se relacionam com os outros “lá de fora” (ELIAS, 1994).

Nesse sentido, para os adolescentes acolhidos, não existe um sentido completo para estar “dentro” da instituição, independente do sentido que existe para ele de “ir” ou “sair” (GOFFMAN, 1961). A participação é fragilizada nos processos de inserção social por meio das atividades, justificadas a partir do isolamento e expressões dos acolhidos e das dificuldades de se relacionar com o “novo”, sendo a instituição o mundo desses indivíduos. Entretanto, participar de forma ativa ainda é um desafio para a sociedade de forma geral. A participação e inserção dos adolescentes institucionalizados, mediante as informações coletadas e analisadas, ainda é frágil, pelos diversos fatores que favorecem muitas vezes somente o ESTAR deles nos espaços.

#### **4.2 DIREITOS – VIOLADOS OU GARANTIDOS?**

A luta por direitos das crianças e os adolescentes no Brasil constituem um longo período histórico. Várias foram às conquistas para esses indivíduos, a exemplo, instituições assistenciais, leis protetivas, educação, dentre outros. Portanto, conquista não é sinônimo de garantia. A ênfase desse estudo são adolescentes pobres, que vivem à margem da sociedade e que não se enquadram pela ética capitalista do trabalho, na “fabricação” de “homens de bem”. A esses, no decorrer histórico, restou à piedade, solidariedade de alguns, hipocrisia, a indiferença e/ou a crueldade de outros (RIZZINI; PILOTTI, 2011).

Muitos foram os caminhos que perpassaram a história das crianças, adolescentes pobres. Já foram propriedade dos jesuítas, dos senhores, das Câmaras Municipais e Santa Casa de Misericórdia, dos asilos, dos higienistas e filantropos, dos tribunais, da polícia, dos patrões, da família, do Estado, das Forças Armadas, dos Juízes de Menores e mais recente, da sociedade civil, sendo reconhecidos enquanto sujeitos de direitos (RIZZINI; PILOTTI, 2011)

Os direitos assegurados às crianças e adolescentes na atualidade, são conquistas a partir das lutas dos movimentos sociais, integrados em meados da

década de 1980, pelas Organizações Não-Governamentais (ONGs), acrescida de demais grupos (sociedade civil) e apoiados pela Igreja e pelos quadros progressistas dos órgãos de governo (RIZZINI; PILOTTI, 2011).

Surgem então projetos de incentivo, apoiados pela UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), a Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social e a Fundação Nacional do Bem-Estar ao Menor (FUNABEM), desenvolvendo ações em áreas bastante heterogêneas, como cerâmica, formação profissional, vendas de produtos, alfabetização e ensino religioso. A partir da articulação desses projetos, tem o surgimento do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMIVIR), que realizaram três encontros nacionais em Brasília, nos anos de 1986, 1992 e 1993 e que foram primordiais para a conquista das políticas sociais infanto-juvenis (FALEIROS, 2000, 2009 e 2011).

A criança e adolescente aparecem como sujeitos de direitos, como cidadãos. O MNMIVIR, apoiado internacionalmente, organiza seus estatutos e administração. Juntamente com a UNICEF, contribuiu na mobilização social para a aprovação e exigência da aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), apoiados por juízes progressistas, promotores, Pastoral do Menor, entre outros. Após a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, surge um novo olhar jurídico, político e administrativo para atender as demandas da população infanto-juvenil no Brasil (FALEIROS, 2011; SANTOS, 2011).

Assim, pautado no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), este núcleo temático se debruça na discussão dos direitos por ele estabelecidos, a fim de compreender sua garantia para os indivíduos, também, em situação de acolhimento institucional. São direitos das crianças, adolescentes, determinados no Art. 4º do ECA, os direitos à vida, educação, alimentação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990). Certos que, a partir desses direitos contemplamos todas as esferas da vida dos indivíduos, direcionamos nosso olhar além das declarações formais, ou seja, os documentos existentes.

Consideramos violação desses direitos, o descumprimento das leis e normas existentes e/ou desrespeito aos direitos pessoais alheios (MICHAELIS, 2018). Questiono-me: por viverem em situação de acolhimento institucional, esses direitos estão sendo garantidos ou violados?

Como discutido no núcleo temático anterior, vários são os espaços que esses indivíduos estão inseridos, sejam eles públicos, privados e/ou filantrópicos. Voltamos ao entendimento que a garantia de direitos não é sinônimo de inclusão e participação. Entretanto, os profissionais afirmam que estes direitos estão sendo garantidos em todos os espaços, ou, parte deles, principalmente via inserção desses adolescentes nos serviços e instituições.

*[...] Tá, porque assim, a gente tem um bom relacionamento com o pessoal da saúde, das escolas, a gente é sempre bem recebido.*  
**(Assistente Social)**

*Com certeza, eles tão tendo o direito deles sim, até mais do que os direitos deles, porque, digamos assim, eles tem **livre arbítrio** né? [...]*  
*Nos esportes eles se comportam bem, porque quando a gente vai para algum evento maior, onde tem pessoas maiores, que no caso são o pessoal lá da C10, eles são muito bem elogiados pela educação deles por eles serem de abrigo, estão de parabéns.***(Educador Social 03)**

Mediante essas afirmações, podemos analisar que as justificativas da efetivação da garantia desses direitos, é a inserção. Se estes estão sendo garantidos a partir da inserção, supomos que anteriormente existiu um processo de exclusão. Essa exclusão é um processo, que não está relacionado somente ao não se sentir parte, mas, não fazer parte. Não é uma coisa, um estado, uma falha no sistema e não tem uma forma única, porque é um processo que envolve o indivíduo por inteiro, as relações com os outros e não é uma perturbação a ordem social, ao contrário, é produto do funcionamento do sistema (SAWAIA, 1999).

Podemos observar também que os direitos não são efetivados somente a partir da lei, mas, a inclusão dos acolhidos nos espaços é garantida por meio do bom relacionamento dos profissionais com os serviços. Os direitos estabelecidos no Art. 4º do ECA, já citados acima, ainda são desconhecidos por alguns profissionais. A partir da análise da entrevista do educador social 03, apresentada acima, podemos afirmar que a liberdade é vista como um direito a mais para esses indivíduos. Esse direito é dado à criança e adolescente, respaldados pelo ECA e é dever da sociedade em geral a sua efetivação.

Os direitos também estão relacionados com o dever dos adolescentes instituídos pelos profissionais, ou seja, as “boas maneiras” de comportamento, as relações de respeito e a educação nos serviços. Existe um estereótipo aplicado a

esses indivíduos, que quando se “comportam bem”, são elogiados por serem “meninos de abrigo”, o que supõe que, “menino de abrigo” não é comportado e nem bem educado. É característica das instituições totais esse controle de muitas necessidades humanas pela organização de grupos ou organização social nas circunstâncias. O movimento do institucionalizado acaba sendo vigiado e fiscalizado, para que os profissionais percebam que tudo que foi indicado/exigido, seja cumprido (GOFFMAN, 1961).

Podemos então caracterizar a garantia de direitos a partir da análise das entrevistas em três concepções: a inserção, as relações entre os profissionais e os serviços e o comportamento do acolhido. A partir dessas concepções de que todos ou quase todos os direitos estão sendo garantidos, existem os desafios encontrados por estes profissionais, objetivo desse estudo, para a efetivação dos direitos dos adolescentes institucionalizados. Para essa discussão, podemos desassociar o conceito de direitos efetivados somente a partir das declarações formais (políticas, estatutos, leis), mas aos consensos inclusivos obtidos in loco (no lugar). O local pode manter uma relação complexa, seja de abertura ou de fechamento com a sociedade. É a sociedade local que vai levar em consideração o seu valor, os impactos desses valores globalizados e vai dialogar e refletir para identificar os direitos que devem ser considerados humanos (HESPANHA, 2011). Caracterizamos então desafios, todos os obstáculos que os profissionais do serviço de acolhimento institucional e o público-alvo têm para efetivarem esses direitos.

Inúmeros são os desafios que podemos encontrar dentro de um serviço de acolhimento. Podemos citar as situações de exclusão, rupturas dos vínculos familiares, adaptação a uma rotina de regras e normas, dentre outros. Somados a estes desafios, podemos também encontrar os “extramuros” da instituição. Essas problemáticas existentes fora desse cenário precisam ser analisadas e discutidas. (GOFFMAN, 1961).

Classificamos a partir dos dados coletados, esses desafios em dois eixos: respostas e soluções. Respostas, no sentido da singularização da própria pessoa, quando não há efetivação de seus direitos, mas que, esse desafio é pluralizado (SAWAIA, 1999). Soluções, porque inclui diversos fatores impostos e determinados pela própria sociedade, no intuito de solucionar os problemas sociais dos indivíduos. Entendamos:

*Realmente, a timidez deles [...] a gente trabalha muito assim, a timidez deles [...] (Educador Social 02).*

*[...] acredito que eles sentem medo de dar um passo sozinho. Eles são tímidos, eles têm medo [...] (Educador Social 03).*

Nesses trechos, podemos analisar uma reação dos adolescentes institucionalizados, pela forma de expressar-se frente a novas situações, na visão dos profissionais, como desafio para a garantia de seus direitos. Vale ressaltar mais uma vez que, as reações desses indivíduos aos espaços, podem estar associadas aos processos de exclusão e isolamento social. Adentramos então na discussão das contradições sociais sob a perspectiva da exclusão/inclusão. A instituição não é um complexo fora da sociedade. Seus muros podem ser esconderijos ou causar isolamento entre pessoas e sociedade. Isso se reafirma no pensamento de que todos nós estamos inseridos de alguma maneira, entretanto, essa inserção nem sempre é digna e/ou decente. Em uma transmutação de ordem de desigualdade social, os indivíduos são excluídos para serem incluídos. É sobre essa dialética da exclusão/inclusão, que podemos refletir se é um fator que está associado ao “eu” ou a “nós” (GOFFMAN, 1961; SAWAIA, 1999).

Essa lógica do pensamento contraditório da exclusão/inclusão inverte a ideia da inserção social, apartando a ideiação de adaptação e normatização, como também da culpabilização individual. Esse pensamento busca revelar os pequenos fios que formam o processo e que liga o excluído ao resto da sociedade, sob um processo de manutenção de costumes, normas e instituições que regem os indivíduos em suas relações. Portanto, o sentimento de culpa individual pela exclusão ou isolamento, se torna um fator atribuído ao adolescente vulnerável, numa tentativa de inserção, por mediações de diferentes ordens, pelo “nós” que os excluimos (SAWAIA, 1999).

O status social desvalorizado, de rupturas e violações de direitos desses indivíduos, podem levá-los a viver numa situação de isolamento social. O significado de isolar-se pode estar associado ao medo do sofrimento, de mais violações, de outras rupturas, atrelados as mais diversas situações que já enfrentaram. Buscam retrair-se para dissimular a inferioridade de seus status no meio que vivem e mantém relações distantes até mesmo com os que se encontram na mesma situação. Esses

fatores são uma resposta do indivíduo a determinadas condições que enfrentam no seu dia a dia (PAUGAM, 1999).

Diante dessas situações, por uma lógica de “solucionar” os problemas sociais das pessoas, os serviços realizam recortes das populações mediante as suas “necessidades”. Aplicam suas intervenções e entendimentos teóricos, muitas vezes válidos e úteis, mas nem sempre, sob uma ótica de achar-se no direito de tomar decisões pelo próprio indivíduo, por associar vulnerabilidade à incapacidade (CASTEL, 1997). Caracterizamos então os desafios ditos soluções nesse estudo, ou seja, os desafios que são encontrados pelos profissionais do serviço para garantirem os direitos dos adolescentes institucionalizados no processo de inserção ou participação social nos mais diversos contextos. Vejamos:

*[...] é a questão da inserção em cursos profissionalizantes, porque a maioria dos que chegam no acolhimento estão com distorção idade – série. [...] a maioria dos cursos profissionalizantes é, no caso, acima de 15 anos e tem que tá no ensino médio, e os nossos meninos, a maioria tá nessa faixa etária, mas não está no ensino médio, estão todos no fundamental. (Psicóloga).*

*O maior é a distorção idade-série, eu acho que o maior desafio é esse mesmo [...] (Assistente Social).*

Na análise desses trechos, podemos discutir pautados em duas vertentes. A primeira é garantia de direitos estabelecidos no art. 4º do ECA, nesse caso o direito a profissionalização. Podemos classificar a distorção idade-série como um desafio encontrado pelos profissionais do serviço para a efetivação dos direitos desses adolescentes. A distorção é calculada em anos e representa a diferença entre a idade do indivíduo e a idade recomendada para a série que ele está cursando. Se essa diferença for de dois anos ou mais, este se encontra fora de faixa ou em situação de distorção ou defasagem idade-série. Uma das particularidades desse processo de distorção é que os adolescentes, principalmente os mais vulneráveis economicamente vêm sendo atingidos. Existe então um sistema precarizado de escolarização. Parte de uma série de fatores, como baixa estrutura e formação acadêmica insuficiente que a escola oferta a esse público (CARRANO et al., 2015; SILVA et. al, 2015). Para os profissionais do serviço, é uma dificuldade a inserção desses indivíduos em cursos profissionalizantes, por estarem com uma idade avançada e cursando séries do ensino fundamental.

A segunda vertente na análise dos trechos acima, é classificada a partir da ótica do que a instituição (estado e sociedade civil) caracterizam como importante para esse público. O objetivo dessa discussão não é menosprezar ou negligenciar essa distorção e a violação desse direito de profissionalização, mas sim, entender se a profissionalização é um desejo do indivíduo ou uma imposição/luta da própria instituição, na tentativa de enquadrar esses sujeitos na gramática da produção (GOFFMAN, 1961; CASTEL, 1997).

São as situações de vulnerabilidade, exclusão, rupturas, violações, que levam os adolescentes a muitas vezes dependerem unicamente de um sistema (instituições, profissionais, leis, normas), para garantirem seus direitos. Esse sistema é estatal. O indivíduo então está mergulhado em um campo político, os quais são alcançados de forma imediata pelas relações de poder, sejam no campo macro ou micro institucional. Elas investem, marcam, dirigem, supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obriga-os a cerimônias e exigem-lhes sinais. É uma relação que não está associada somente a situação de acolhimento, mas ao indivíduo vulnerável (FOCAULT, 1987).

Somados a esses desafios discutidos como respostas e soluções, podemos também classificar os desafios institucionais, a exemplo da, falta de conhecimento da população em geral sobre o que é o serviço, o estigma, as estruturas, os apoios, a dependência do Estado pela própria equipe, entre outros.

*[...] O que a gente vê aqui, é que as pessoas por falta de conhecimento mesmo, vem para a questão do preconceito [...] é uma coisa que a gente bate muito de frente, que eles sejam tratados como qualquer outra criança e adolescente, porque é um direito que eles têm. Nas escolas, a gente já teve muitos problemas, “Narm, é menino de abrigo” [...] (Psicóloga)*

*[...] são estruturas, são apoios [...] a gente é muito limitado enquanto profissional, a gente tenta fazer, dar o melhor, tenta ajudar daqui, ajudar dali, mas ainda falta muita coisa, principalmente dos poderes, daqueles que podem dar a canetada [...] a gente barra muito nisso, na burocracia, na boa vontade das pessoas [...] depende de alguém que está acima [...] porque esses meninos, já foram tirado tudo deles [...] (Coordenadora).*

Os desafios, a exemplo dos estigmas, estereótipos e preconceitos nós iremos abordar na próxima seção, por entender que é uma temática que merece uma

análise mais aprofundada. É somente a partir de todos os desafios aqui analisados, que podemos refletir acerca das estratégias. Podemos elencar então os desafios até então apresentados: timidez, medo, distorção idade-série, falta de profissionalização, desconhecimento do serviço de acolhimento institucional, estruturas, apoios, dentre outros.

Os resultados e discussão das estratégias apresentadas pelos profissionais serão analisados separadamente, ou seja, trechos da entrevista com a equipe técnica e educadores sociais. Essa divisão é feita a partir da justificativa da análise temática das entrevistas, evidenciando estratégias diferenciadas de acordo com a função exercida no serviço. Analisemos:

*[...] Elas procuram muito isso nas comunidades, um apoio pra eles [...] a coordenação tá procurando coisas pra eles [...] a coordenação tá sempre procurando alguma coisa pra eles fazer. (Educador Social 01).*

*Essa parte aí quem responderia seria a coordenação, porque eles que partem dessa parte aí para poder garantir o direito deles lá fora [...] eles são bem estudados sobre isso aí [...](Educador Social 03).*

As estratégias para a garantia de direitos dos acolhidos na visão dos educadores sociais é responsabilidade da equipe técnica. Podemos justificar esses dados a partir das atribuições e atividades a serem desenvolvidas pelos profissionais, estabelecidas no Manual de Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2009). As funções do educador social estão relacionadas às atividades internas da instituição. Quando necessário uma saída da unidade, esse profissional realiza somente o acompanhamento dos acolhidos. Já as funções da equipe técnica, são pautadas na articulação, encaminhamentos, discussões e planejamento com as redes sociais de apoio (BRASIL, 2009).

Nos questionamos: O que é ser educador social em uma instituição de acolhimento? Historicamente o papel e as funções do educador social nessas instituições já foram diversas vezes modificados. Em uma retrospectiva histórica acerca do papel desses profissionais, podemos identificar que nem sempre foram vistos como educadores sociais. Antes chamados de “pajens” e “monitores”, eles atuavam com adolescentes que eram visto como ameaças ao bem-estar social.

Suas funções estavam pautadas no controle e no vigiar desses indivíduos privados de um convívio familiar e comunitário. Também foram intitulados “instrutores”, atuando de forma disciplinar com os “menores infratores e abandonados”. Atualmente são chamados educadores sociais, pois sua intervenção está pautada nas funções educacionais, ou seja, além dos cuidados básicos do dia a dia (comer, tomar banho, dormir). Portanto, ainda se veem como exclusivos aos cuidados diários dentro da instituição. Todos os trabalhadores do acolhimento institucional por conviverem no mesmo espaço e se depararem com as mesmas situações, precisavam estar intensamente envolvidos no entendimento de que todos os profissionais são educadores sociais (ELAGE et al., 2011).

Esses profissionais foram escolhidos para participarem desse estudo, porque mediante algumas observações dentro da instituição, nos acompanhamentos que eles realizam, muitas questões merecem ser discutidas no serviço. A reflexão é, de que forma as observações mediante vivências com os acolhidos fora da unidade, estão sendo repassadas para a equipe técnica e se esses educadores têm a oportunidade de se expressarem e apresentarem suas próprias estratégias.

Para que a equipe técnica tome conhecimento dos acontecimentos, é necessário que os mesmos sejam apresentados, pois estes profissionais nem sempre estão realizando junto aos educadores esses acompanhamentos dos adolescentes aos demais serviços (BRASIL, 2009). Essa ponte entre técnicos e serviços, muitas vezes é realizada pelos educadores sociais. Eles enxergam a demanda, a problemática, repassam para os técnicos, que assumem as responsabilidades institucionais.

Dessa forma, a principal estratégia encontrada pela equipe técnica é a sensibilização. Quando só essa não garante o acesso, recorrem à justiça.

*A nossa é ir pra briga! [...] tanto a gente vai pelo embate, quanto vai pela sensibilização [...] porque eu já sei que vou receber um não [...] aí eu fui lá e falei com o juiz [...] (Coordenadora).*

*Eu sempre procuro dizer que a gente vai, assim, pela amizade, né? [...] A gente vai, tenta da forma mais simples possível [...] A gente tem que partir para a ignorância, é assim, então a gente vai pedir a autorização do juiz [...] porque é um direito deles [...] (Psicóloga).*

Ainda é um desafio para os profissionais do acolhimento institucional a garantia de direitos dos adolescentes acolhidos, porque não depende somente deles.

Embora se espere que os serviços reconheçam os direitos desses indivíduos, a exemplo das escolas, é necessária uma luta judicial para a efetivação destes. Assim, podemos perceber que os direitos embasados no acesso estão geralmente sendo garantidos. Em contraponto, os demais, como participação, profissionalização, liberdade, desconstrução dos estigmas, entre outros, são desafios encarados repetitivamente pela instituição.

Dessa forma, as estratégias, principalmente elaboradas e exercidas pelos técnicos, centram-se na luta pela efetivação dos direitos, que embora tenham sido avaliados enquanto garantidos, é um processo contínuo na luta para que os mesmos sejam efetivados.

#### **4.3 IMAGEM SOCIAL – “COITADINHOS” OU PESSOAS DE DIREITOS?**

A partir do embasamento na literatura existente sobre as instituições de acolhimento, podemos identificar que existe um pré-conceito formulado pela sociedade sobre os adolescentes institucionalizados. Essas visões podem ser justificadas pelo desconhecimento da situação de acolhimento ou pelo estigma e estereótipos a eles atribuídos. Mas, antes de responder a pergunta chave deste núcleo temático, faz-se necessário compreender alguns fatores que podem estar associados à imagem social desses indivíduos.

Embora a situação de acolhimento já tenha passado por diversas transformações sociais, de conquistas por direitos e espaços para os seus assistidos, a história marcada pelas instituições totais e por suas práticas higienistas parecem ter produzido estigmas que ainda hoje circulam no imaginário da sociedade, sendo estas imagens, uma construção social (WENDT et al., 2017).

Consideramos estigma, uma marca social que determina ou define determinadas situações, grupos ou pessoas a partir de uma concepção histórica antes apresentada. O termo foi inventado pelos gregos, que utilizavam de rituais corporais para marcarem ou evidenciarem determinadas coisas. Estes cortavam ou ateava fogo no corpo de escravos, criminosos ou traidores, para avisarem quem eram aquelas pessoas, ou seja, pessoas de má índole, ritualmente poluídas, que deviam ser evitadas. Todos os fatores atribuídos ao ser estigmatizado leva-o a conhecer a sua característica distinta, tomar conhecimento muitas vezes de como

está sendo visto, sendo essa situação muitas vezes, já conhecida e evidente para todos. Consideramos este, “o desacreditado” (GOFFMAN, 1963).

Apesar das mudanças ocorridas a partir das mais diversas legislações e políticas no Brasil, ainda é atribuída características negativas e pejorativas a imagem social de adolescente acolhidos (WENDT et. al., 2017). Essa imagem distorcida não está apenas associada aos indivíduos, mas também a própria instituição, como já observamos. Embora exista um estereotipo dessas instituições, ainda são os adolescentes, especialmente, os principais alvos desse estigma. Esses preconceitos acabam precarizando o acesso aos direitos a eles estabelecidos, gerando “invisibilidade” na sociedade. O não acesso a esses direitos, é violação, como discutidos anteriormente. A imagem social desses indivíduos acaba reforçando essa violação (PORTELLA, 2012). Vejamos:

*[...] a maioria acha, não acredita que aquela criaturinha pertence ao mesmo ser humano da sociedade, acha que aquele tem o diferencial, existe um diferenciado, é como se fosse o que afasta um pouco a sociedade do menino de acolhimento **(Educador Social 02)**.*

*As pessoas verem eles, como coitadinhos, como os precisados [...] **(Educador Social 03)**.*

*Muita gente por ser menino de abrigo, quando a gente chega fica assim com o pé atrás, [...] num posto de saúde, existe uma discriminação [...] **(Educador Social 04)**.*

Existe uma imagem social fragilizada do adolescente institucionalizado. A estes, são atribuídos vários rótulos. Tornam-se para a sociedade os “coitadinhos”, meninos abrigados, os discriminados e os que são “um ser humano diferente da sociedade”. Esse preconceito se fundamenta na ideia de que esses indivíduos não são pessoas “normais”. São pessoas que tiveram algo que falhou em sua história, e são responsabilizados pela ideiação marginal que carregam e sua atual situação. Então, torna-se difícil ser visto como um adolescente institucionalizado, porque isso ainda acarreta um grande estigma social. É uma marca muito forte que eles carregam, pois são julgados pela sociedade como pessoas que trazem algum problema em sua “bagagem” (ARPINI, 2003).

Os indivíduos que estão sob medidas de proteção, ou seja, institucionalizados, sofrem então uma “invisibilidade social” em vários momentos de sua vida. O fato de

ser um sujeito vulnerável, que por vezes é destituído de seus direitos sociais, não alcança visibilidade por não participar ativamente dos processos sociais que o fariam ser visto socialmente como pessoa “normal”. (PORTELLA, 2012; SALES, 2007).

Atrelados a essas imagens atribuídas aos acolhidos, existe também o desconhecimento por parte da população sobre a situação de acolhimento, citados no núcleo anterior. Além de não conhecer o que é ou como funciona o serviço, muitas vezes não existe uma compreensão da sociedade sobre os fatores que levaram essa população à institucionalização. As situações que causam a institucionalização também são estereotipadas. Vejamos:

*[...] são vistos como marginais, que é o pior ainda [...] Veem dessa forma, crianças em acolhimento foi porque ele cometeu algum ato infracional, as pessoas são muito informadas, muito mal informadas, acham logo isso [...]* **(Coordenadora)**.

*[...] porque todo mundo acha que casa de acolhimento está os meninos infratores [...] eles são meninos que tiveram os direitos violados [...] eu trabalho no acolhimento, mas eu não trabalho com menino infrator não, trabalho com órfãos, que tiveram direitos violados [...]* **(Assistente Social)**.

A ideia da marginalidade que acompanha esses adolescentes, não são considerados os motivos que levaram esses indivíduos ao acolhimento institucional. A sociedade correlaciona o ato infracional, a aplicação das medidas socioeducativas, que causam muitas vezes uma institucionalização da população infanto-juvenil em serviços para cumprimento dessas medidas, com a situação de acolhimento. O acolhimento está muito mais relacionado às situações de vulnerabilidade, maus-tratos, miséria, abandono, negligência, violências físicas, psicológicas e/ou sexuais, dentre outros. Eles não são os sujeitos que causaram a infração, mas são acometidos por uma violência estrutural ou intrafamiliar em nossa sociedade. Existe um pré-conceito muito forte e presente para essa população, que determina essa visão preconceituosa (ARPINI, 2003).

Os estigmas aplicados a esses indivíduos causam impactos na sua inserção e participação social. Podem se tornar também um dos fatores que levam os adolescentes a enxergarem o acolhimento institucional como seu mundo. E será a partir da compreensão desses impactos, que concluiremos essa análise. Mas, quais

são os impactos dessa imagem social na participação e inserção desses adolescentes?

*[...] se sentem incapacitados, fragilizados. Dificulta muito do acolhido se sentir parte dentro do meio, dentro da sociedade, e o motivo é tanto que eles ficam meio arredio **(Educador Social 02)**.*

*Neles tem. Muitos deles não quer nem que diga que são de abrigo, porque eles têm vergonha, dizer que eles são de abrigo, já por conta da negatividade do pessoal mesmo. Nos serviços têm, mas como eles são obrigados a fazer, têm que fazer porque a lei determina, ai é feito, mas tem um pouco de impacto sim, nos serviços dos postos de saúde, nesses cantos assim que tem a obrigação de fazer **(Educador Social 04)**.*

*[...] assim que eles foram inseridos em outro espaço que não necessariamente tinha crianças e adolescentes em acolhimento, eles não queriam. Os de quinze, dezesseis anos, não queriam ir só, a gente tinha que ir, ficavam com vergonha de participar das atividades, o professor tinha que tá chamando [...] **(Psicóloga)**.*

É a partir da análise desses trechos, que podemos identificar os principais impactos encarados pelos adolescentes, mediante o olhar dos profissionais do serviço, na sua inserção e participação social. Citamos a imagem de pessoa incapaz, frágil, a não identificação da sua atual situação social, ou seja, a sua condição de institucionalizado e o não interesse em participar das atividades com outros indivíduos que não estão numa situação de acolhimento, demonstrados a partir de um dos trechos da entrevista, pela vergonha dos acolhidos.

Essas situações muitas vezes revelam a responsabilização que esses adolescentes assumem ou são destinados a assumirem para sua atual condição social, que os levam a omitir sua situação, por enxergarem e aceitarem a moralidade e a falta de garantias disponibilizadas para eles. Além desse olhar estigmatizado que a sociedade aplica (PORTELLA, 2012).

O simples fato desses adolescentes possuírem um vínculo institucional e a sobrecarga dos estigmas que carregam, realoca sua imagem como “coitadinho”. São os indivíduos que não tiveram uma vida como esperavam. Estas não foram pessoas desejadas, sejam por sua família, comunidade, amigos, entre outros. Impor que essas pessoas foram um erro na história de seus pais. Que são eles os representantes do indesejado. Tudo isso para justificar a sua atual condição social, a situação de acolhimento institucional. Entendem que eles são um risco social, por

estarem no limite do rompimento e prestes a transgredir, e se tornam os sujeitos de “risco”. Então, ao mesmo tempo em que a sociedade “protege”, ela acusa. Ser do acolhimento institucional é visto como um problema. Mas a eles são exigidos comportamentos, padrões de beleza, educação e responsabilidade (ARPINI, 2003).

*[...] a gente quando saí de casa com os meninos faz de tudo para levar eles o mais organizado possível, arrumadinho, calçado, penteado, limpinho, cheiroso, para que as pessoas percebam que eles não são diferentes daqueles que a gente encontra lá [...] Outra coisa também é trabalhar comportamento deles, mostrar para eles que dependendo da forma como eles se importam, tem um peso, tem uma medida, tem uma diferença [...] é a forma que eles se comportam, e a forma que eles se apresentam nos locais, é fundamental, que eles não são diferentes das outras pessoas que ali estão [...] (Coordenadora).*

Quando os profissionais do serviço enxergam a criança e o como um ser inferior, sem recursos afetivos, com grandes perdas, pode ser justificados a partir do olhar de que esses indivíduos não percebem ou sabem o que está se passando na sua vida. Então elaboram suas práticas fundamentados no cuidado e proteção, sob a perspectiva de que precisam obedecer sem reclamar e que não deem trabalho, porque elas estão sendo orientadas por pessoas que lhes dão de tudo. Como também, o medo da educação com os adolescentes, por medo do “menor infrator” ou “menor de rua”, atribuindo a esses o desejo de que se instalem em outras instituições e ou que vá para longe do espaço. É inerente a fase da adolescência e os questionamentos, a contestação, provocação, mas não é com sujeição e negação dos direitos que se resolvem os conflitos (ELAGE et. al. 2011).

Quais são os padrões de uma pessoa institucionalizada? Quando identificamos um indivíduo diferente dos demais da sociedade? Até que ponto o meu comportamento define quem eu sou? É contraditório pensar que a sociedade espera encontrar os meninos que são caracterizados como problemáticos, coitadinhos, indesejados, incapazes, frágeis, com atitudes de pessoas “normais”. Antes eram consideradas pessoas com atitudes vulgares, maus modos, e agora é exigido um comportamento exemplar em suas ações (ARPINI, 2003). Será que de fato os adolescentes são aquilo que a sociedade caracteriza como inerente a eles?

O estigma fragiliza o indivíduo e suas relações. Os adolescentes institucionalizados são caracterizados por aquilo que eles não são. A imagem social

impossibilita a liberdade do indivíduo ser indivíduo e fragmenta muitas vezes o seu direito de pessoa social. Para esse estigma podemos encontrar a única história vista pela sociedade sobre a situação de acolhimento. O problema dessa única história é que ela cria estereótipos. O problema desses estereótipos não é que sejam todos mentira, mas também não só verdades, são incompletos. Eles fazem uma história se tornar única. Mas, quando nós rejeitamos uma única história, quando se percebe que nunca há apenas uma única história sobre pessoas e lugares, nós reconquistamos um tipo de paraíso, desbravamos outro mundo. Passamos a enxergar esses adolescentes e não mais como coitadinhos, mas indivíduos de direitos, mesmo diante das diversas rupturas e vulnerabilidades (ADICHIE, 2009).



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse estudo, podemos concluir a existência de vários desafios, no olhar dos profissionais do serviço de acolhimento institucional, para a efetivação da participação e inserção social de adolescentes institucionalizados. A participação social é entendida pelos profissionais por meio da inserção em atividades nos espaços/serviços. Ainda existe para os profissionais, uma dificuldade dos adolescentes se relacionarem com os novos espaços, o que nós justificamos nesse estudo como resposta as diversas situações de rupturas, vulnerabilidade e o processo de institucionalização. A escola e as atividades esportivas são os principais espaços que esses adolescentes estão inseridos.

Embora o Estatuto da Criança e Adolescente preconize os direitos desses indivíduos, os profissionais efetivam essa garantia por meio do bom relacionamento com os demais serviços. Os direitos ainda são atrelados aos comportamentos dos institucionalizados nos espaços.

Dentre os desafios apresentados pelos profissionais, podemos citar a profissionalização, que ainda é um desafio nesse serviço pela grande distorção idade-série na escola pelos acolhidos. Podemos mencionar também as estruturas, apoios, o desconhecimento do serviço pela sociedade/comunidade e o estigma.

As estratégias ainda são enxergadas no serviço, como uma responsabilidade da equipe técnica, sendo os educadores, profissionais que somente acompanham esses adolescentes nos serviços. Para a garantia de direitos, ainda são necessárias intervenções judiciais no processo de inserção e participação social desses indivíduos nos espaços.

O serviço de acolhimento institucional ainda é visto como um espaço que assiste “marginais” ou “menores infratores”. Existe uma imagem negativa da sociedade para esses acolhidos. Muitas vezes os adolescentes são discriminados nos serviços/comunidade pela sua atual situação e são cobradas posturas e práticas normativas (vestimentas, comportamentos e práticas) para que sejam aceitos nos espaços.

Concluo mencionando a importância de outros estudos com características que possibilitem o leitor/sociedade, desconstruir a imagem negativa da instituição de acolhimento. Como também a importância desse estudo para a construção de novas estratégias para a efetivação desses direitos. Além de expandir a complexidade

desse estudo, compreendendo a partir da visão dos adolescentes os desafios para a garantia de seus direitos. Também ressalto a importância de realizar outros estudos nas demais unidades de acolhimento, visto que, nos limitamos ao olhar dos profissionais de um só serviço.

## REFERÊNCIAS

- ADICHIE, C. N. *O perigo de uma história única*. 2009. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/chimamanda-adichie-o-perigo-de-uma-unica-historia/> Acesso em: 19 de maio de 2018.
- ALBUQUERQUE, A. A. *Juventude, educação e participação política*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.
- ALENCAR, H. F. *Participação social e estima de lugar: Caminhos traçados por jovens estudantes moradores de bairros da regional III da cidade de Fortaleza pelos mapas afetivos*. Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós Graduação em Psicologia. Fortaleza – CE, 2010.
- ARPINI, D. M. Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 23, n.1, p.70-75. 2003.
- BOGHOSSIAN, C. O.; MINAYO, M. C. S. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. *Saúde e Sociedade*. São Paulo: Julho/Setembro. 2009.<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902009000300006>.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, v. 2, n.1, p. 68-80, 2005.
- BORDENAVE, J. E. *O que é participação*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOUTIN, A. C. B. D.; FLACH, S. F. Juventude e participação social: concepções que orientam ações e políticas para os jovens brasileiros. *EccoS – Rev. Cient.*, São Paulo, n. 41, p. 189-205, set./dez, 2016.
- BRASIL. *Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)*. Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 1, de 18 de junho de 2009. Aprova o documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Disponível em <[http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/orientacoes\\_tecnicas\\_final.pdf](http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/orientacoes_tecnicas_final.pdf)>. Acesso em: 10 de maio de 2018.
- BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente*. São Paulo: Cortez, 1990.
- BRASIL. IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas). **Censo Demográfico**, 2010. Acesso em: 22 de novembro de 2017.
- BRASIL. *Lei Orgânica da Assistência Social*. Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Brasília: MPAS/SAS.
- BRASIL. *Plano Nacional de Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/areas/infancia/arquivos/planonacional.pdf>>. Acesso em: 28 de agosto de 2017.

BRASIL. *Projeto Político Pedagógico: Casa de Acolhida Morada do Betinho*. João Pessoa, 2014.

BUSSO, G. *Vulnerabilidade social: nociones e implicancias de políticas para latinoamerica a inicios del siglo XXI*. Seminario Internacional: las diferentes expresiones de la vulnerabilidad social en América Latina y el Caribe. Santiago de Chile, 20 y 21 de junio de 2001.

CARRANO, P. C. R.; MARINHO, A. C.; OLIVEIRA, V. N. M. Trajetórias truncadas, trabalho e futuro: jovens fora de série na escola pública de ensino médio. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1439-1454, dez., 2015.

CASTEL, R. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a “desfiliação”. *CADERNO CRH*, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18664>>. Acesso em: 10 maio de 2018.

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: BELFIORE-WANDERLEY, M.; BÓGUS, L.; YAZBEK, M.C. (Orgs.). *Desigualdade e a questão social*. 2. ed. São Paulo: EUC, 2000. p. 17-49.

Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2017. Organizador: Fundação Abrinq.

COSTA, A. C. G. *Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática*. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

DEMO, P. *Participação é conquista: noções de política social participativa*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

ELAGE, B.; GOÉS, M.; FIKS, M.; GENTILE, R. Formação de profissionais em serviço de acolhimento. Formação. 2º ed. Instituto Fazendo História. 2011.

ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FALEIROS, E.T. S. *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Ed. Brasília: Thesaurus, 2000.

FALEIROS, V. P. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, I.; PILOTTI, F.(orgs). *A arte de governar crianças: a história das Políticas Sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. P. 33 – 96.

FALEIROS, V. P. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, Irene e PILOTTI, Francisco (Orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 2009.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

GALHEIGO, S. M. O abrigo para crianças e adolescentes: considerações acerca do papel do terapeuta ocupacional. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, v. 14, n. 2, p. 85-94, maio/ago. 2003.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Rev. adm. Empres*, v. 35 n.3. São Paulo, May/June. 1995.

- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 1963.
- GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. 1ªed. São Paulo: Editora Perspectiva; 1961.
- GOMES M. A. *Filhos de ninguém? Um estudo das representações sociais sobre família de adolescentes em situação de rua*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual do Ceará - Fortaleza, 2003.
- GOMES, M.A.; PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 357-363, 2005.
- GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2008. p 108.
- HESPANHA, A. M. Grandes desafios dos Direitos Humanos no século XX. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v.15, n.2, p. 297-300, jul./dez. 2011.
- KALOUSTIAN S. M.; FERRARI M. Introdução. In: KALOUSTIAN, S.M. (org.). *Família brasileira, a base detudo*. Ed. Cortez-Unicef, São Paulo-Brasília, 1994, pp. 11-15..
- KAZTMAN, R. *Vulnerabilidad y Exclusión social*. Uma propuesta metodológica para el estudio de las condiciones de vida de los hogares. Chile: CEPAL, 2005.
- MAJOR, B.; O'BRIEN, L. T. The social psychology of stigma. *Annual Review of Psychology*, n. 56, p. 393-421, 2005.
- MALVASI, P. A. ONGs, vulnerabilidade juvenil e reconhecimento cultural: Eficácia simbólica e dilemas. *Interface Comunicação, Saúde e Educação*, n.12, v.26, p,605-17, 2008.
- MELO, M. P. *Esporte e juventude pobre: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica*. Maré. Campinas: Autores Associados, 2005.
- MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Companhia Melhoramentos. 2018. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>> Acesso em: 15 de abril de 2018.
- NOGUEIRA, Q. W. C. ESPORTE, Desigualdade, juventude e participação. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte*, Florianópolis, v. 33, n. 1, p. 103-117, jan./mar 2011.
- NOVAES, R. Ser jovem na América do Sul: um epílogo. In: DÁVILA, O.(org.). *Ser Joven en Sudamerica: diálogos para la construcción de la democracia regional*. Santiago, CHL: Centro de Estudios Sociales - CIDPA, 2008.
- OMS/OPS. *La salud del adolescente y el joven em las Américas*, D.C., 1985.
- PAUGAM, S. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: B. B. Sawaia (Org.) *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999.

PORTELLA, E. M. B. *Proteção social: a experiência dos adolescentes em acolhimento institucional*(dissertação de mestrado). Faculdade de Serviço Social, Pontifício Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2012.

RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (Orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Ed. Cortez. Terceira edição: 2011.

ROCHA, S. R. *Possibilidades e limites no enfrentamento da vulnerabilidade social juvenil: a experiência do programa agente jovem em Porto Alegre*.(Tese de Doutorado, Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do RioGrande do Sul, Rio Grande do Sul 2007.

SALES, M.A; *(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência*; São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, A. C. R. *O acolhimento institucional de crianças e adolescentes: protege ou viola?*. Diss. (Mestrado) – Faculdade de Serviço Social, Pós-Graduação em Serviço Social. PUCRS – Porto Alegre, 2011.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B.B. (Org.) *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 97-118.

SAWAIA, B. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In \_\_\_\_\_ (org.) *As artimanhas da exclusão. Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 7-13.

SETUBAL, A. A. Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional. *Rev. katálysis* [online]. 2007, vol.10, n.spe, pp.64-72. ISSN 1982-0259. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802007000300007>.

SILVA, C. R.; LOPES, R. E. Adolescência e Juventude: entre conceitos e Políticas Públicas. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, Jul-Dez 2009, v. 17, n.2, p 87-106.

SILVA, M. A. I. et al. Vulnerabilidade na saúde do adolescente: questões contemporâneas. *Ciências e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 619-627, fev. 2014.

SILVA, M. V. M. *Distorção idade-série: um estudo de caso com alunos do 4º ano do ensino fundamental da Escola Carlos Alberto Medeiros Duarte Sobreira – Princesa Isabel/PB*. Diss. (Mestrado) – Universidade Estadual da Paraíba. p. 41, Princesa Isabel/PB, 2015.

SIRVENT, M. T. *Cultura popular y participación social: una investigación en el barrio de Mataderos (Buenos Aires)*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2004.

*Terapia Ocupacional na Assistência Social*. Organizadores: ABRATO – Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais e Projeto METUIA USP/UFSCar, ano.

VÁZQUEZ, A. S. *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

VIANA, J. A.; LOVISOLO, H. R. Projetos de inclusão social através do esporte: notas sobre a avaliação. *Revista Movimento*, Porto Alegre, v. 15, n. 03, p. 145-162, abril/junho de 2009.

WENDT, B.; DULLIUS, L.; DELL'AGLIO, D.D. Imagens Sociais sobre Jovens em Acolhimento Institucional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 37 n.2, p. 529-541, 2017.

## ANEXO I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Tema:** Os direitos de quem têm direitos: desafios e estratégias para a inserção e participação social de adolescentes do acolhimento institucional.

Prezado (a) Senhor (a),

Meu nome é Alisson Firmino Felix, aluno do Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba, e sou responsável por esta pesquisa sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Iara Falleiros Braga, que se realizará na Casa de Acolhida Morada do Betinho.

Trata-se de uma pesquisa com os profissionais da instituição, com o objetivo de conhecer os desafios e estratégias identificados por vocês, para efetivar a inserção e participação social dos adolescentes nos mais diversos contextos em que estão inseridos.

Vocês serão convidados a responder um questionário sócio demográfico, a fim de identificarmos o perfil de cada profissional que participará da pesquisa, e de uma entrevista semiestruturada que abordará questões relacionadas aos desafios encontrados para a efetivação da inserção e participação social dos acolhidos e analisar as estratégias tomadas para garantir esse direito. A sua fala durante a entrevista será gravada em áudio, transcrita (copiada por escrito) para análise dos pesquisadores e, em seguida, o material em áudio será guardado, até o período de descarte.

A sua participação no estudo é voluntária e o seu direito de desistir de participar a qualquer momento será respeitado e garantido. O uso de suas informações estará submetido às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, ou seja, será garantido a privacidade e sigilo das informações.

Solicitamos a sua colaboração em participar da pesquisa, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área e publicar em revista científica. Em todas as etapas, sua identidade será mantida em sigilo.

Informamos que essa pesquisa oferece ao participante risco de possível desconforto e/ou constrangimento ao responder as perguntas do estudo, devido o

tema abordado e pela necessidade de ter sua fala registrada em áudio. Para minimizar este risco será escolhido um ambiente reservado, para que com privacidade possa se sentir mais confortável durante a entrevista. Evidenciamos também que a participação nesta pesquisa não envolverá gastos financeiros.

Entende-se que este estudo poderá trazer benefícios para a instituição e para a sua rotina de trabalho, visto que, após o levantamento dos dados desafiadores, vocês terão a oportunidade de pensar em estratégias que facilitem ou minimamente garantam esse direito de participação social aos adolescentes.

Caso aceite participar, receberá uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, com todas as folhas rubricadas, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Nele consta o contato dos pesquisadores, que estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa, e do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências Médicas (CCM) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no qual a pesquisa foi submetida, sob o nº2.405.265.

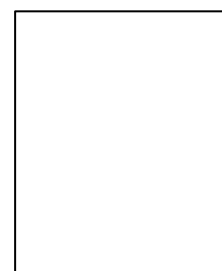
### **Consentimento da participação da pessoa como sujeito da pesquisa.**

Eu, \_\_\_\_\_, RG/CPF nº \_\_\_\_\_, ciente das informações sobre o estudo e os meus direitos, assumo a participação no estudo acima especificado. Foi-me garantido que posso desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem quaisquer penalidades ou prejuízos. Também me foi afirmado que não terei nenhum risco físico ou gasto financeiro, sendo que será mantida em segredo minha identificação. A minha assinatura representa o meu consentimento em participar do estudo. Esse termo é assinado em duas vias sendo que uma delas ficará comigo e a outra com o responsável pela pesquisa, e tive a oportunidade de discuti-lo com o mesmo.

João Pessoa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante da Pesquisa

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador



\_\_\_\_\_  
Espaço para  
impressão

### **Contato dos pesquisadores e do Comitê de Ética:**

Alisson Firmino Felix

Graduando em Terapia Ocupacional na UFPB

Telefone: (83) 99803-9067

E-mail: [srfelix20@hotmail.com](mailto:srfelix20@hotmail.com)

Iara Falleiros Braga

Professora Adjunta do Departamento de Terapia Ocupacional da UFPB Telefone:

Telefone: (83) 99152-9169

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba – Campus I - Jardim Universitário, S/N, Castelo Branco - CEP 58051-900 – João Pessoa/PB - (83) 3216-7619 – E-mail: [comitedeetica@ccm.ufpb.br](mailto:comitedeetica@ccm.ufpb.br)

## **ANEXO II – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

**Preâmbulo:** Prezado(a) senhor(a), agradecemos por sua participação e esclarecemos que esta entrevista aborda questões a respeito dos desafios encontrados no exercício de sua função, para efetivar a inserção e participação social dos adolescentes e jovens nos mais variados contextos sociais, e possibilitar o pensamento acerca das estratégias que podem ser incentivadas para garantir esse direito. Suas respostas serão gravadas conforme sua autorização para fins acadêmicos. Conforme aparecerem dúvidas relativas às questões da entrevista, esteja à vontade em interromper para explicação da mesma.

Nº Entrevista: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ Início: \_\_\_\_\_ Término: \_\_\_\_\_

### **ROTEIRO TEMÁTICO:**

#### **- INSERÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

- Mediante seu conhecimento e aporte teórico-prático, o que você entende por inserção e participação social?
- Em quais contextos e espaços os adolescentes e jovens da instituição realizam atividades ou vivências? (Aprender como se dá a inserção dos adolescentes e jovens nos contextos da educação, esporte e lazer, na assistência social, na saúde e na comunidade).
- Como é a relação dos adolescentes e jovens nesses contextos?

#### **- DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A PROMOÇÃO DOS DIREITOS**

- Você acredita que o direito dos adolescentes e jovens acolhidos está sendo efetivado em todos os contextos em que eles circulam?
- Quais os desafios encontrados para efetivar e garantir o direito dos adolescentes e jovens dentro desses espaços?
- Me fale um pouco sobre as estratégias utilizadas por você e pela equipe para efetivar a promoção dos direitos dos adolescentes e jovens acolhidos.

#### **- IMAGEM SOCIAL DO ADOLESCENTE E JOVEM ACOLHIDO**

- Quais são suas concepções sobre a imagem social dos adolescentes e jovens acolhidos?
- Você acha que a esta imagem tem impacto na inserção e participação social desses adolescentes e jovens?

## ANEXO III - APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA



UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS  
MÉDICAS DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA PARAÍBA / CCM



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** OS DIREITOS DE QUEM TÊM DIREITOS: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A INSERÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

**Pesquisador:** Iara Falleiros Braga

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 79961017.4.0000.8069

**Instituição Proponente:** UFPB - Centro de Ciências Médicas/CCM

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 2.405,265

#### **Apresentação do Projeto:**

Projeto de pesquisa apresentado ao Departamento de Terapia Ocupacional, do Centro de Ciências da Saúde (CCS), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), para fins de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do graduando ALISSON FIRMINO FELIX, sob a orientação da Prof. Dra. Iara Falleiros Braga.

#### **Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo geral

Conhecer os desafios e estratégias identificados pelos profissionais do acolhimento institucional para efetivar a inserção e participação social dos adolescentes e jovens.

Objetivos específicos

Analisar as estratégias utilizadas pelos profissionais do acolhimento institucional para a promoção dos direitos dos adolescentes e jovens.

Compreender as concepções dos profissionais do acolhimento institucional acerca da imagem social desses adolescentes e jovens.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos:

**Endereço:** Centro de Ciências Médicas, 3º andar, Sala 14 - Cidade Universitária Campus 1  
**Bairro:** CASTELO BRANCO  
**UF:** PB  
**Telefone:** (83)3216-7617  
**Município:** JOAO PESSOA  
**CEP:** 58.051-900  
**E-mail:** comitedeetica@ccm.ufpb.br



Continuação do Parecer: 2.405.205

Esta pesquisa oferece aos participantes o risco de possível desconforto moral e/ou constrangimento ao responderem os instrumentos de coleta dos dados, devido ao tema abordado, e pela necessidade de ter sua fala registrada em áudio especificamente durante a entrevista semiestruturada. Para minimizar este risco será escolhido um ambiente reservado, para que com privacidade, cada respondente possa sentir-se mais confortável a falar sobre o assunto que aborda a pesquisa.

**Benefícios:**

Entende-se que este estudo beneficiará as práticas dos profissionais do serviço de acolhimento institucional, a partir do levantamento e institucionalização dos desafios que são enfrentados para efetivar a participação social, levando-os a pensar em novas estratégias.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A proposta está adequadamente elaborada e permite tecer julgamentos concernentes aos aspectos éticos/metodológicos envolvidos, conforme diretrizes contidas na Resolução 466/2012, do CNS, MS.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Foram devidamente apresentados.

**Recomendações:**

Que sejam observadas em todas as etapas da pesquisa os preceitos éticos que envolvem as pesquisas com seres humanos.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não há pendências ou inadequações. O projeto de pesquisa está classificado na categoria APROVADO.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O protocolo de pesquisa foi considerado APROVADO, em Reunião Ordinária realizada no dia 29 de novembro de 2017, no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos -CEP/CCM/UFPB, conforme NORMA OPERACIONAL Nº 001/2013, nos termos do item 5, do Capítulo XIII, da Resolução CNS nº 466 de 12 de dezembro de 2012.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Endereço: Centro de Ciências Médicas, 3º andar, Sala 14 - Cidade Universitária Campus 1  
CEP: 58.051-900  
Bairro: CASTELO BRANCO  
Município: JOAO PESSOA  
UF: PB  
E-mail: comitedeetica@ccm.ufpb.br  
Telefone: (83)3216-7617



Continuação do Parecer: 2.405.265

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1033845.pdf	14/11/2017 15:02:04		Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	14/11/2017 15:01:19	Iara Falleiros Braga	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	TCC.pdf	14/11/2017 12:30:37	Iara Falleiros Braga	Aceito
Outros	Autorizacaopesquisa.pdf	14/11/2017 12:29:14	Iara Falleiros Braga	Aceito
Outros	AnuenciaDAS.pdf	14/11/2017 12:28:41	Iara Falleiros Braga	Aceito
Outros	Termodartamento.pdf	14/11/2017 12:27:39	Iara Falleiros Braga	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	14/11/2017 12:25:42	Iara Falleiros Braga	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	14/11/2017 12:25:28	Iara Falleiros Braga	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

JOAO PESSOA, 29 de Novembro de 2017

Assinado por:

Iaponira Cortez Costa de Oliveira  
(Coordenador)

Endereço: Centro de Ciências Médicas, 3º andar, Sala 14 - Cidade Universitária Campus 1  
CEP: 58.051-900  
Bairro: CASTELO BRANCO  
UF: PB Município: JOAO PESSOA E-mail: comitedeetica@ccm.ufpb.br  
Telefone: (83)3216-7617